

sentem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do juiz (artigo 193.º do CIRE).

6 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Mafalda Sequinho dos Santos*. — O Oficial de Justiça, *José António C. Cordeiro*. 3000219612

Anúncio

Processo n.º 2459/06.3TBEVR.
Insolvência de pessoa colectiva (apresentação).
Insolvente — Barrigoto & Laranjeira, L.^{da}
Credor — BPN — Crédito — Instituição Financeira de Crédito, S. A., e outro(s).

No Tribunal da Comarca de Évora, 2.º Juízo de Competência Especializada Cível de Évora, no dia 22 de Setembro de 2006, pelas 17 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Barrigoto & Laranjeira, L.^{da}, número de identificação fiscal 500785694, com endereço na Rua do Segeiro, 5, rés-do-chão, Évora, 7000, Évora, com sede na morada indicada.

Para administrador da insolvência é nomeado o Dr. João Pirra Salvado Martinho, com endereço na Rua do Capitão Mouzinho de Albuquerque, 78, Estremoz, 7100-519 Estremoz.

Conforme sentença proferida nos autos, verifica-se que o património do devedor não é presumivelmente suficiente para satisfação das custas do processo e das dívidas previsíveis da massa insolvente, não estando essa satisfação, por outra forma, garantida.

Ficam notificados todos os interessados de que podem, no prazo de cinco dias, requerer que a sentença seja complementada com as restantes menções do artigo 36.º do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzir embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda notificados de que se declara aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter limitado, previsto no artigo 191.º do CIRE.

Ficam advertidos de que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, cinco dias, e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia em que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o 1.º dia útil seguinte.

26 de Setembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Ana Mafalda Sequinho dos Santos*. — O Oficial de Justiça, *José António C. Cordeiro*. 3000219608

3.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio

Processo n.º 2044/06.0TBGMR.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Credor — Ftb — Fábrica de Tubos da Barca, S. A.
Insolvente — Construções M. B. S., L.^{da}

Insolvente: Construções M. B. S., L.^{da}, número de identificação fiscal 501458387, com endereço na Rua de Castro, 294, Serzedelo, 4800-000 Guimarães.

Administrador de insolvência: Ana Maria de Oliveira Silva, com endereço na Rua do Campo Alegre, 672, 6.º, direito, 4150-000 Porto.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi declarado findo nos termos do disposto no artigo 39.º, n.º 7, alínea d), do Código de Insolvência e de Recuperação de Empresas.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por o requerido complemento da sentença por um dos credores ter sido indeferido, tendo mesma ter transitado em julgado.

20 de Novembro de 2006. — A Juíza de Direito, *Patrícia Madeira*. — O Oficial de Justiça, *Rui Jorge Mesquita*. 3000220769

5.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio

Processo n.º 2538/06.7TBGMR.
Insolvência de pessoa colectiva (requerida).
Credor — VilarTEX — Empresa de Malhas Vilarinho, L.^{da}
Insolvente — Babytex Confeccções, L.^{da}

No Tribunal da Comarca de Guimarães, 5.º Juízo Cível de Guimarães, no dia 30 de Junho de 2006, às 14 horas e 2 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência da devedora Babytex Confeccções, L.^{da}, número de identificação fiscal 505005972, com sede no lugar de São Pedro, Azurém, 4800 Guimarães.

Tendo sido objecto de complemento por despacho de 6 de Novembro de 2006, nos termos do disposto no artigo 39.º/4 do CIRE.

São administradoras da devedora: Luísa Fernandes Gomes, com domicílio fixado em Monte de Toriz, lote 12-B, São João de Ponte, 4800-000 Guimarães, e Maria Conceição Mota, com domicílio fixado em Monte de Toriz, lote 12-B, São João de Ponte, 4800-000 Guimarães.

Para administrador da insolvência é nomeada a Dr.ª Joana Prata, com domicílio profissional na Avenida dos Combatentes da Grande Guerra, 2, 2.º, esquerdo, 4810-260 Guimarães.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno [alínea i) do artigo 36.º do CIRE].

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de cinco dias

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 15 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1 do artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 23 de Janeiro de 2007, pelas 14 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da comissão de trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigos 40.º e 42.º do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.